

O que significa para a população afro LGBTI+ a defesa que Jair Bolsonaro faz da ditadura militar brasileira?

Por Isaac Porto – Consultor LGBTI para Race and Equality no Brasil

O mês de abril no Brasil foi marcado por vários protestos e atividades políticas contra a ditadura militar. Esses protestos ocorreram porque, em abril de 2019, completaram-se 55 anos do golpe que instalou uma ditadura no país, de 1964 a 1985.

Os protestos foram motivados porque Jair Bolsonaro, Presidente do Brasil, havia determinado que o Ministério da Defesa fizesse as devidas comemorações aos 55 anos do golpe. Em 2011, a ex-presidenta Dilma Rousseff havia proibido que as Forças Armadas fizessem as suas habituais comemorações dessa data.

Na verdade, é a primeira vez desde a redemocratização do Brasil que o país tem um presidente que defende pública e abertamente a ditadura militar. No dia da votação do impeachment de Dilma, Bolsonaro chegou a declarar que seu voto a favor do impeachment era em homenagem a Carlos Brilhante Ustra, conhecido no Brasil como o maior torturador da ditadura militar.

Muitos foram os esforços para apagar da memória brasileira a censura política e a tortura a que foram submetidas as pessoas que se organizavam politicamente para se opor ao regime militar. Contudo, pouco é debatido sobre qual foi a relação da ditadura brasileira com a população LGBTI+ - e mais ainda com a população LGBTI+ negra. Assim, é essencial se perguntar quais foram os efeitos do autoritarismo da ditadura militar para a comunidade LGBTI+ negra e em que medida esse modelo de regime criou e aprofundou permanências que formam até hoje a maneira violenta com que o Estado Brasileiro lida com essas vidas.

A violência a LGBTI+ na ditadura

Em 2012, foi instalada no Brasil a Comissão Nacional da Verdade, com o objetivo de não mais esconder as violações de direitos humanos realizadas por agentes do Estado na repressão a todos/as que eram considerados/as possíveis opositores ao regime, bem como de conduzir o Estado a assumir responsabilidade por essas violações. Em 2014, a Comissão publicou um relatório, que procurou publicizar também as violações que ocorreram em relação a LGBTI+.

A tentativa de contar uma história não contada de uma ditadura que quis apagar seus rastros torna extremamente difícil a tarefa de dimensionar o alcance dessas violências, ainda mais se tratando da comunidade LGBTI+ afro. No entanto, é preciso mobilizar esforços para driblar os obstáculos da escassez de registros oficiais.

É importante destacar que, no olhar da Ditadura, não havia a distinção entre orientação sexual e identidade de gênero. Eram todos “homossexuais”, vistos como uma massa homogênea. Essa é mais uma dificuldade, porque os próprios registros oficiais tratavam a travestis como homossexuais, por exemplo.

Conforme aponta o relatório da Comissão Nacional Verdade, não houve uma política de Estado formalizada para exterminar a população LGBTI+ ou criminalizá-la. Contudo, a ideologia que justificava o golpe e a cassação de direitos democráticos e outras violências estava permeada por valores conservadores e uma perspectiva lgbtfóbica, que via a diversidade sexual e as possibilidades de identidade de gênero (ainda que não nomeada dessa maneira à época) como relacionadas à subversão. Essa associação de LGBTI+ à subversão foi o que justificou as repressões perpetradas. Por isso, foi acentuada uma visão de Estado que enxergava LGBTI+ como seres nocivos, perigosos, contrários à família, à moral e aos bons costumes, o que legitimava a violência contra essa população.

A Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) conta que travestis, homossexuais e outras pessoas vistas como pervertidas eram alvo de perseguições, detenções arbitrárias, expurgos de cargos públicos, censura, assassinatos e outras formas de violência, porque eram vistas como pessoas indesejáveis.

Em São Paulo, por exemplo, a portaria 390/76 autorizava a prisão de travestis da região central da cidade para averiguações, determinando que o cadastro policial das travestis deveria ser ilustrado com “fotos dos pervertidos, para que os juízes possam avaliar seu grau de periculosidade”.

Em 1987, já na transição entre o regime militar e a redemocratização, São Paulo também foi o palco de uma operação policial que ficou conhecida como “Operação Tarântula”. Essa operação quis realizar detenções em flagrante de travestis nos principais pontos de prostituição da cidade e foi apresentada como uma contribuição da polícia para diminuir o número de casos de AIDS. Mais de 300 travestis foram detidas na ação.

São Paulo é um exemplo de como o governo militar adotou técnicas de perseguição, com especial atenção às travestis, com o objetivo de higienizar o espaço público através do extermínio delas, por considerá-las perigosas, nos mais diversos sentidos.

Isso significava que era preciso encontrar estratégias para sobreviver. A travesti negra Weluma Brum, já falecida, contava que uma vez, ao ser parada pela polícia enquanto se prostituía no Rio de Janeiro, apanhou de 4 policiais, que lhe batiam e davam choques e, logo em seguida, obrigaram-na a fazer sexo oral neles. Mais tarde, descobriu uma estratégia comum entre as travestis para evitar as prisões arbitrárias: “Nós nos cortávamos com gilete, para que os policiais não nos prendessem, vejam aqui, tenho ainda cicatrizes. Eles tinham medo que a gente se cortasse”, referindo-se à associação que se fazia (e persiste até hoje) entre travestis e soropositividade.

A travesti Thina Rodrigues, da cidade de Fortaleza, capital do Ceará, conta que foi detida por ser travesti e que vivia escondida, porque andava com medo: “Na época, o Secretário de Segurança Pública mandou limpar a sujeira de Fortaleza e, para a sociedade, nós travestis homossexuais, lésbicas, prostitutas e moradores de rua eram os delinquentes que sujavam a imagem de Fortaleza e tinham que ser retirados da Duque de Caxias, centro de Fortaleza”.

As travestis negras apanhavam mais e, como conta a travesti Marcelly Malta, era comum que simplesmente desaparecessem depois de abordadas por policiais. De acordo com o sexólogo Armando Januário, muitas eram torturadas, levadas para praias durante a madrugada e lançadas em alto-mar, ou tinham seus pertences levados pelos policiais e só eram liberadas com trajes masculinos. Isso fazia com que muitas fossem detidas somente porque sua existência desafiava a norma de gênero: uma norma que é cis, heterossexual, masculina e branca.

Para além da população negra, a população indígena também foi gravemente afetada. Durante a ditadura, a Fundação Nacional do Índio (Funai) manteve em Minas Gerais dois centros para a detenção de indígenas considerados “infratores”, para onde foram levadas mais de cem pessoas de diversas etnias. Eram o Reformatório Krenak e a Fazenda Guarani, ambos em Minas Gerais. Há várias denúncias de violações de direitos humanos em ambos os lugares, como a já naturalizada prática de tortura. Como causa do envio dos indígenas, documentos da Funai citam o uso de “relações sexuais indevidas” e “pederastia”, além de drogas, prostituição, vadiagem, dentre outros.

Além disso, a intelectual negra Lélia Gonzalez dizia que a sistemática repressão policial impunha uma submissão psicológica através do medo, pretendendo impedir qualquer forma de unidade e organização do grupo que sofria a repressão, utilizando-se de todos os meios que pudessem perpetuar sua divisão interna. De fato, esse quadro de repressão generalizada fez com que um movimento político organizado só começasse a existir a partir do fim dos anos 70, porque havia uma repressão orientada a neutralizar os processos de articulação de LGBTI+.

O que permanece hoje

Apesar de ser extremamente importante visibilizar as violências e as estratégias de sobrevivência no período da ditadura militar, pensar em quais são os seus efeitos para a população afro LGBTI+ não é suficiente. Não basta se perguntar o que aconteceu com essa população durante tal período e saber qual foi o tipo de violência específica perpetrada a essas pessoas. É essencial que se diga qual o legado da ditadura militar para a maneira com que o Estado Brasileiro lida com as vidas das pessoas negras LGBTI+ até hoje. Ou seja, quais são as permanências desse autoritarismo.

Até hoje, a maneira com que as polícias no Brasil lidam com LGBTI+ é extremamente violenta, não sendo raro ouvir relatos de pessoas, sobretudo negras, que foram agredidas fisicamente por agentes policiais ou que foram ridicularizadas por eles. Até hoje os policiais controlam o direito de estar na rua, sobretudo o de mulheres trans e travestis.

Existe uma continuidade na repressão policial-sexual própria da ditadura militar, que se verifica até os dias de hoje. O fato de que não houve uma ruptura com essa maneira de lidar com LGBTI+ no Brasil ajuda a explicar como foi possível o crescimento de um movimento tão conservador nesse país nos últimos anos, assim como ajuda a explicar por que o Brasil é um lugar tão perigoso para essas vidas.

Quando Jair Bolsonaro, apoiado por vários brasileiros, pede que se comemore o golpe militar e nega que tenha havido uma ditadura no Brasil, nega-se a possibilidade de romper com um passado que assegurou hierarquias que determinam que gays, lésbicas, bissexuais, travestis, pessoas trans e demais dissidentes sexuais, em especial negros/as, estejam em posições de desvantagem política e social até hoje. Mais do que isso, celebra-se e reivindica-se que o Estado tenha o direito de exterminar as vidas consideradas como indesejáveis.

É extremamente importante estarmos atentos/as às cada vez maiores tentativas de ataques às vidas LGBTI+. Não podemos tolerar que o Estado celebre a tortura e a perseguição política. Conhecer o passado e romper com suas permanências é fundamental para criar possibilidades de existência digna para a população afro LGBTI+.